

A Reforma do ensino médio e a formação da classe trabalhadora no contexto da crise do capital

The Reform of secondary education and the formation of the working class in the context of the crisis of capital

La reforma de la educación secundaria y la formación de la clase obrera en el contexto de la crisis del capital

Recebido: 16/07/2019 | Revisado: 05/08/2019 | Aceito: 13/08/2019 | Publicado: 24/08/2019

Antonio Lindomar Rodrigues Andrade

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8593-9612>

Universidade Federal do Ceará, Brasil

E-mail: lindomarbranco@hotmail.com

Aldayr de Oliveira Monteiro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3358-5394>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), Brasil

E-mail: aldayroliveira@alu.ufc.br

Sandro César Silveira Jucá

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8085-7543>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), Brasil

E-mail: sandrojuca@ifce.edu.br

Solonildo Almeida da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5932-1106>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), Brasil

E-mail: solonildo@ifce.edu.br

Resumo

Esse artigo tem a proposta de analisar a reforma do ensino médio e seus desdobramentos na formação da classe trabalhadora no contexto da crise do capital do século XXI. O artigo tem uma abordagem qualitativa e bibliográfica tendo como base as obras clássicas do marxismo como Karl Marx e Friedrich Engels que discutem a temática da situação e formação da classe trabalhadora no capitalismo. Devido à precarização cada vez maior do trabalho, análises que busquem problematizar as causas e consequências de tais transformações no mundo do trabalho são essenciais para promover debates construtivos para a sociedade. Discutimos aqui

também avaliar os objetivos econômicos e político da Reforma do Ensino Médio, Teorizar a Reforma do ensino médio tendo como parâmetro a teoria marxista, mais especificamente a teoria da luta de classes e analisar a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 e seu desdobramento na Lei nº 9.394/96 LDB.

Palavras-chave: luta de classes; mundo do trabalho; teoria marxista.

Abstract

This article has the proposal to analyze the reform of secondary education and its developments in the formation of the working class in the context of the crisis of the capital of the 21st century. The article has a qualitative and bibliographical approach based on the classic works of Marxism such as Karl Marx and Friedrich Engels that discuss the theme of the situation and formation of the working class in capitalism. Due to the increasing precariousness of work, analyzes that seek to problematize the causes and consequences of such transformations in the world of work are essential to promote constructive debates for society. We discuss here also to evaluate the economic and political objectives of the Reform of High School, Theorize the Reformation of high school with as a parameter the Marxist theory, more specifically the theory of class struggle and analyze Law 13,415 of February 16, 2017 and its split in Law No. 9,394 / 96 LDB.

Keywords: world of work; class struggle; Marxist theory.

Resumen

Este artículo tiene la propuesta de analizar la reforma de la educación secundaria y sus desarrollos en la formación de la clase trabajadora en el contexto de la crisis de la capital del siglo XXI. El artículo tiene un enfoque cualitativo y bibliográfico basado en las obras clásicas del marxismo, como Karl Marx y Friedrich Engels, que analizan el tema de la situación y la formación de la clase trabajadora en el capitalismo. Debido a la creciente precariedad del trabajo, los análisis que buscan problematizar las causas y consecuencias de tales transformaciones en el mundo del trabajo son esenciales para promover debates constructivos para la sociedad. Aquí discutimos también para evaluar los objetivos económicos y políticos de la Reforma de la escuela secundaria, Teorizar la reforma de la escuela secundaria con como parámetro la teoría marxista, más específicamente la teoría de la lucha de clases y analizar la Ley 13.415 del 16 de febrero de 2017 y Su escisión en la Ley N ° 9.394 / 96 LDB.

Palabras clave; lucha de clases; mundo del trabajo; Teoría marxista.

1. Introdução

A intenção desse artigo é propor uma análise da reforma do ensino médio e seus desdobramentos na formação da classe trabalhadora. A Reforma do Ensino Médio irá atingir diretamente estudantes e professores e indiretamente toda a sociedade brasileira. De forma positiva para a o setor capitalista que lucram com a destruição da educação pública, principalmente os empresários do ramo educacional e de forma negativa para os filhos dos trabalhadores que se formam na escola pública. Com a implantação da reforma a formação da classe trabalhadora se destinará a qualificação superficial para atender o mercado de trabalho em crise. A economia do país está quebrada, o contexto é de crise do capital a nível mundial. Baseado neste cenário que o Estado, através de suas reformas, procura disciplinar os gastos com serviços públicos a fim de elevar o superávit e salvar os capitalistas da quebra e entregar o país ao capital estrangeiro.

A reforma irá prejudicar aqueles jovens que desejam não só profissionalização, mas também aqueles que almejam cursar uma universidade pública. A concorrência atualmente entre estudantes de escola pública e de escolas privadas já é desleal quanto mais depois da implantação da reforma. A escola privada não será atingida diretamente, não irá aplicar a reforma, seus objetivos não é profissionalizar a juventude e sim prepará-los para serem “quadros” capazes de manter o *status quo* da dominação de classe.

A relevância social do artigo se dá pelo momento em que não só o Ensino Médio como toda a educação brasileira está sendo reformulada para atender à economia em crise, além disso, preparar o terreno para privatização da educação pública. Conseqüentemente terá mudanças significativas no perfil educacional brasileiro. Além disso, será realizada no período em que o país passa pelo período mais decisivo da crise econômica, política e social. Portanto, acredita-se que, os aspectos do fenômeno a ser pesquisado se apresentarão de forma mais claro, contribuindo para o enriquecimento dos resultados obtidos. Contribuirá significativamente para a discussão em torno da reforma e seus impactos na educação de forma geral, no trabalho docente e na juventude proletária.

2. Metodologia

O artigo trata-se de uma pesquisa para aprender mais sobre a realidade das pessoas e sociedades por meio do estudo e análise bibliográfica ou seja de fonte indireta. Segundo Pereira et al (2018) as pesquisas sociais são realizadas com pessoas ou sobre pessoas em

ambientes sociais e, a abordagem qualitativa ocorre quando se considera a interpretação que se atribui aos fenômenos.

Esse trabalho tem como proposta fazer uma análise da Reforma do Ensino Médio e seus desdobramentos na formação da classe trabalhadora no contexto da crise do sistema capitalista. Realizar a pesquisa tomando as dimensões local e global, mostrando que a educação está relacionada a superestrutura da sociedade burguesa.

Por ser uma investigação de cunho teórico, não será necessário a formulação de questionários ou qualquer método ou técnica empíricos. Terá como base as obras clássicas do marxismo como Karl Marx e Friedrich Engels que discutem a temática da situação e formação da classe trabalhadora no capitalismo, apesar não terem uma obra específica sobre educação seus textos abordam de forma não sistemáticas o tema. Outro autor que será estudado é István Mészáros, pois sua contribuição sobre a temática do estudo aqui proposto é de grande relevância.

O primeiro passo na pesquisa é fazer um levantamento bibliográfico. Propomos algumas obras que irão contribuir com a discussão:

- a) O Capital, Karl Marx. Vol. 1.
- b) Trabalho Assalariado e Capital e Salário, Preço e Lucro, Karl Marx.
- c) Para a crítica da econômica política, Karl Marx.
- d) A Ideologia alemã, Karl Marx e Friedrich Engels.
- e) A situação da classe trabalhadora na Inglaterra, Friedrich Engels.
- f) Textos Sobre Educação e Ensino, Karl Marx e Friedrich Engels.
- g) Educação para além do capital, István Mészáros.
- h) O século XXI: socialismo ou barbárie, István Mészáros.
- i) A teoria da alienação em Marx. (capítulo X: a alienação e a crise da educação) István Mészáros.
- j) A crise estrutural do capitalismo, István Mészáros.

Os livros de Marx e Engels que sugerimos aqui são textos de onde foram retirados extratos para a formação do livro: “Textos sobre Educação e Ensino”. Além disso, são obras que discutem a situação da classe trabalhadora no capitalismo e conseqüentemente sua formação. Essa literatura inicial é o ponto de partida, tendo em vista que o estudo está aberto para a discussão ou inclusão de obras e autores marxistas, brasileiros ou não, que debatem educação, a crise do capitalismo e a formação da classe trabalhadora.

Nesse ponto o objetivo é elaborar uma síntese da crise do capitalismo iniciada em 2006 tendo como parâmetro as formulações de Marx, Engels e Mészáros O debate sobre a

crise estrutural do sistema capitalista mais atual terá como início as teses de Mészáros para apropriação de seu caráter mais contemporâneo, porém será aprofundada com as teses de Marx, Engels sobre as crises do sistema capitalista.

O segundo passo é análise documental: foi feita uma análise da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 e seu desdobramento sobre a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. A análise terá como objetivo reconhecer na Lei nº 13.415/2017 seu conteúdo econômico, social e político, afim de provar a hipótese defendida na introdução deste projeto. o percurso metodológico será realizado da seguinte forma: ressaltar os pontos mais controversos, aqueles que objetivamente terá mais impactos na reforma e estabelecer um diálogo com as obras apresentadas.

3. A Reforma do Ensino Médio e seus desdobramentos na formação da classe trabalhadora

O artigo se propõe a investigar a Reforma do Ensino Médio brasileiro regulamentada pela Lei Nº 13.415 de fevereiro de 2017 e seus desdobramentos na formação classe trabalhadora no século XXI no contexto da crise do sistema capitalista, em especial a crise iniciada nos Estados Unidos em 2006.

O sistema capitalista sobrevive sob profundas crises econômicas e sociais. Segundo Mészáros (2003) o prolongamento da grande crise iniciada na década de 1970, muito além de uma crise conjuntural ela é estrutural. Essa fase avançada do capital, que o autor chama de imperialismo, é mais especificamente no período atual temos que a taxa de desemprego cresce numa estatística absurda até mesmo nos países mais industrializados ou de economias fortes como EUA e países da Europa.

Naturalmente, a consequência necessária da crise sempre em aprofundamento nos ramos produtivos da “economia real”, como eles agora começam a chamá-la e a contrastar a economia produtiva com o aventureirismo especulativo financeiro, é o crescimento do desemprego por toda a parte numa escala assustadora, e a miséria humana a ele associada. Esperar uma solução feliz para estes problemas vinda das operações de resgate do estado capitalista seria uma grande ilusão. (Mészáros, 2011, p. 25).

Porém na primeira década do século XXI a crise se aprofundou e alastrou-se pelo mundo. Devastando frágeis economias de vários países, gerando caos econômico, político e social, a exemplo do Brasil. Nesse contexto o governo federal expõe uma série de reformas com o objetivo aumentar o “superávit primário” e pagar a exorbitante dívida pública. Dentre as medidas está a Reforma do Ensino Médio. As demais reformas são: a “PEC do Teto” que

limita os gastos públicos com os serviços, a lei que regulamenta a terceirização, a reforma trabalhista e a reforma previdenciária etc. Esse conjunto de reformas também chamado de “ajuste fiscal” são investidas do governo federal de se livrar da responsabilidade com o estado de bem-estar social e sanar a crise econômica, através do aumento da taxa de exploração da força de trabalho, possibilitando maior lucratividade aos capitalistas.

A Reforma do Ensino Médio, Lei nº 13.415/2017 que reformula o Ensino Médio foi aprovada no congresso e já está em vigor. Ela Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a LDB, a Lei 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. As demais mudanças que ocorrerão como consequência da Lei nº 13.415/2017 não fazem parte do objeto de estudo desta pesquisa.

A nova lei permite a “flexibilização” da grade curricular que será composta por 60% disciplinas obrigatórias: matemática, português e inglês nos três anos do ensino médio. 40% a critério da escola e do aluno de acordo com os itinerários formativos na qual os alunos podem optar entre as seguintes disciplinas: linguagens e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias; Ciências da natureza e suas tecnologias; Ciências humanas e sociais aplicadas; Formação técnica e profissional. O atual panorama da educação pública não é a melhor e a crise econômica piora mais ainda o quadro. Há, portanto, uma contradição, visto que a reforma visa ampliar a carga horária e instituir profissionalização no Ensino Médio, o que requereria escolas com estrutura adequada a tal objetivo, ou seja, escolas com estrutura física no mínimo estruturada com laboratórios, bibliotecas, materiais, climatização etc., além disso, o mercado de trabalho teria que estar absorvendo essa mão de obra através de estágio remunerado dando a possibilidade do estudante colocar em prática o que teria aprendido no decorrer do Ensino Médio no entanto isso é impossível no contexto da crise do capital.

Outro aspecto importante da reforma é sobre o professor com “notório saber”. A lei diz que “profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino (...) sejam atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada” (Brasil, 2017). Deduz se que qualquer profissional com formação superior ou técnica está apto a exercer o papel de professor com complementação pedagógica. O que nos remete a pensar os impactos negativos que acarretarão nos cursos de licenciatura. O objetivo central da reforma é formar mão de obra habilitada ao atual modelo de

desenvolvimento das forças produtivas, trabalhadores habilitados ao mercado de trabalho com uma baixa ou deformada formação intelectual, foca em determinado ramo tecnológico tornando cada mais superficial e genérico a formação humana em seu caráter mais histórico, político e até mesmo cultural.

Outro tópico que enseja discussão é o ensino noturno. Milhares de jovens e adultos não podem estudar no período diurno, geralmente trabalham para contribuir com a renda familiar (muitos são mães e pais) ou estão fora da faixa etária. O único tempo livre é o noturno. A lei prevê que o ensino noturno deixe de ser “regra” (obrigatório) e passe a ser “exceção” (a critério da escola). O ensino a distância em si já é um grande problema e ser realizado por instituição privada com dinheiro público piora ainda mais a situação.

Quais os impactos na formação da classe trabalhadora a partir da Reforma do Ensino Médio? Como a Reforma do Ensino Médio irá dificultar o acesso à universidade a classe trabalhadora? É possível pensar uma educação que rompa a lógica do capital no interior do capitalismo? Será a Reforma do Ensino Médio capaz de conjugar trabalho e estudo possibilitando a o fim da separação entre trabalho intelectual e manual?

A educação no sistema capitalista é uma mercadoria como qualquer outra e, portanto, seu conteúdo é de classe. O método do materialismo histórico e dialético se mostra relevante na compreensão da realidade da educação brasileira no contexto da crise do capitalismo. O conteúdo burguês da Reforma do Ensino Médio explicita seu objetivo central mais imediato é aumentar taxa de exploração da força de trabalho da classe trabalhadora.

O objetivo da reforma em análise a longo prazo é formar superficialmente uma massa de trabalhadores nos moldes do atual contexto econômico e tecnológico. Essa formação genérica do ser humano é compatível com o grau de exploração da classe trabalhadora no atual contexto da crise econômica. Kuenzer define o conteúdo da nova reforma, como:

Em resumo, o ensino médio na atual versão integra a pedagogia da acumulação flexível e tem como finalidade a formação de trabalhadores com subjetividades flexíveis, por meio de uma base de educação geral complementada por itinerários formativos por área de conhecimento, incluindo a educação técnica e profissional; a formação profissional é disponibilizada de forma diferenciada por origem de classe, de modo a levar os que vivem do trabalho a exercer, e aceitar, de forma natural, as múltiplas tarefas no mercado flexibilizado. Ser multitarefa, neste caso, implica exercer trabalhos disponibilizados pelo mercado, para os quais seja suficiente um rápido treinamento, a partir de algum aporte de educação geral, seja no nível básico, técnico ou superior. Para alguns, significará exercer trabalhos qualificados e criativos; esses não serão atingidos pela reforma do ensino médio porque dispõem, em face de sua origem de classe, de outros espaços de formação, que não a escola pública. Para a maioria dos trabalhadores, contudo, ser multitarefa significará exercer trabalhos

temporários simplificados, repetitivos e fragmentados, que não necessitam de formação qualificada, mas provavelmente de certificados ou reconhecimento de competências, o que o atual ensino médio talvez atenda. (Kuenzer, 2017, p. 11-12).

Ao tratar da Reforma do Ensino Médio do ponto de vista da formação da força de trabalho, Kuenzer (2017) em seu artigo nos apresenta o conceito da “formação flexível” que está ligado ao termo econômico “acumulação flexível”. Essa perspectiva de formação da classe trabalhadora presente reforma em análise procura explicar a adequação da formação da mão de obra ao avanço da técnica e das novas relações de trabalho no contexto da crise do capitalismo, diz Kuenzer,

Daí o caráter “flexível” da força de trabalho: importa menos a qualificação prévia do que a adaptabilidade, que inclui tanto as competências anteriormente desenvolvidas, cognitivas, práticas ou comportamentais, quanto a competência para aprender e para submeter-se ao novo, o que supõe subjetividades disciplinadas que lidem adequadamente com a dinamicidade, a instabilidade, a fluidez. [...] Essa forma de consumo da força de trabalho ao longo das cadeias produtivas aprofunda a distribuição desigual do conhecimento, no qual, para alguns, dependendo de onde e por quanto tempo estejam integrados nas cadeias produtivas, reserva-se o direito de exercer o trabalho intelectual integrado às atividades práticas, a partir de extensa e qualificada trajetória de escolarização; o mesmo não ocorre com a maioria dos trabalhadores, que desenvolvem conhecimentos tácitos pouco sofisticados, em atividades laborais de natureza simples e desqualificada, e são precariamente qualificados por processos rápidos de treinamento, com apoio nas novas tecnologias e com os princípios da aprendizagem flexível. (Kuenzer, 2017, p. 11).

Ele quer nos mostrar o caráter da desqualificação da força de trabalho, ou uma qualificação genérica que entra na conta da produção da mercadoria enquanto força de trabalho. Quanto menos se gasta com educação, quanto mais pobre for a formação de um trabalhador menos ele ganha, mais miserável torna-se tanto do ponto de vista intelectual quanto econômico. A questão não é mais formar somente trabalhadores braçais, mas uma formação onde sejam treinados em determinadas áreas da ciência tecnologia e nega a educação em outras áreas que poderiam levar o indivíduo a repensar o seu papel na sociedade. É treinar trabalhadores a aceitar sem questionar a sua exploração, pois sua formação deficiente pouco contribuirá com uma formação mais crítica e libertadora.

O programa e propaganda do governo federal esconde o caráter ideológico da manutenção do *status quo* através da reestruturação do ensino. Marx retrata muito bem a formação da classe trabalhadora no capitalismo. O trabalho subordinado ao sistema de

acumulação privada, não tem outro objetivo senão a exploração da força de trabalho como qualquer outra mercadoria e seu conseqüente aumento da taxa de lucros aos capitalistas.

Por isso, quanto menor for o tempo de formação profissional exigido por um trabalho, menores serão os custos de produção do operário, menor será o preço do seu trabalho, o seu salário. Nos ramos da indústria em que quase não se exige tempo de aprendizagem e a mera existência física do operário basta, os custos exigidos para a produção do operário reduzem-se quase somente às mercadorias indispensáveis para mantê-lo vivo em condições de trabalhar. O preço do seu trabalho será, portanto, determinado pelo preço dos meios de existência necessários. (Marx, 2010, p. 44).

Marx nos mostra que o ser humano no sistema capitalista não passa de uma mercadoria, ou mais especificamente, sua força de trabalho. Na citação acima Marx deixa claro que a formação da classe trabalhadora não é no sentido de libertá-lo da condição subalterna o qual o proletariado sobrevive, mas de ser ferramenta contributiva na formação de mais uma mercadoria, mais essencial delas, na produção da riqueza.

Sob a égide do capitalismo tudo o que há sobre o planeta se torna mercadoria. O sistema econômico-financeiro explora ao máximo as potencialidades lucrativas das coisas. Assim não seria diferente com os serviços, dentre eles a educação. No contexto da crise econômica, o capital necessita explorar qualquer potencialidade lucrativa disponível sob a tutela do Estado. É justamente por esse motivo que a reforma também apresenta um caráter de destruição da escola pública, para justificar sua privatização, colocando esse serviço como na mira dos capitalistas do setor. Mészáros (1981) apresenta duas funções da educação no capitalismo.

A educação tem duas funções principais numa sociedade capitalista: (1) a produção das qualificações necessárias ao funcionamento da economia, e (2) a formação de quadros e a elaboração dos métodos para um controle político. (Mészáros, 1981, p. 273).

Podemos acrescentar ainda que:

Os impactos da incorrigível lógica do capital sobre a educação tem sido grande ao longo do desenvolvimento do sistema [...] é por isso que hoje o sentido da mudança educacional radical não pode ser senão rasgar da camisa de força da lógica incorrigível do sistema: perseguir de modo planejado e consciente uma estratégia de rompimento do controle exercido pelo capital, com todos os meios disponíveis, bem como todos os meios ainda a ser investidos, e que tenham o mesmo espírito. (Mészáros, 2008, p. 35).

Marx & Engels (1992) ainda na fase expansionista do capitalismo entendiam que a educação tem que abordar três aspectos importantes da constituição física e intelectual do ser humano. O primeiro, é o aspecto do intelecto, a educação deve desenvolver o intelecto do ser

de forma completa. O segundo, é a educação para o desenvolvimento corporal através da ginástica, esportes e etc. E o terceiro a educação tecnológica, este aspecto está relacionado ao processo produtivo. Assim:

(...)combinação de trabalho produtivo pago com a educação intelectual, os exercícios corporais e a formação politécnica elevarão a classe operária acima dos níveis das classes burguesa e aristocrática. (Marx; Engels, 1992, p. 60).

Consequentemente os levará a pensar uma nova forma de sociabilidade e romper com o próprio sistema. No entanto, a ofensiva da ideologia burguesa nas instituições da sociedade civil impossibilita tal desenvolvimento. Marx deixa claro que “...não há dúvida de que a conquista inevitável do poder político pela classe trabalhadora trará a adoção do ensino tecnológico, teórico e prático nas escolas dos trabalhadores.”. (Marx; Engels, 1992, p. 69).

Para romper com a lógica do capital é necessário que a educação esteja voltada a construção de um ser comprometido com as transformações sociais, que se utilize do conhecimento científico não como fim em si mesmo, mas como instrumento para pensar uma nova sociabilidade, no entanto, a educação está presa na superestrutura ideológica do sistema capitalista. O que nos faz pensar que todo o processo educativo deve ser reformado, juntamente com a sociedade de classes.

Diante do exposto: “...dois conceitos principais devem ser postos em primeiro plano: a universalização da educação e universalização do trabalho como atividade humana autorrealizadora.”. (Mészáros, 2008, p. 65). Universalizar a educação em essência é o acesso a todo ser humano o conhecimento e suas transformações ao longo da história, proporcionando o despertar de novas formas de pensar o papel do homem e sua relação com a natureza e com o outro. A universalização do trabalho é proporcionar não somente a interação metabólica entre homem e natureza, mas também o acesso as transformações sociais de forma igualitária. Porém, a história nos força a entender que no capitalismo essas premissas não são possíveis de se realizar. É preciso ir além a sociabilidade capitalista e construir uma outra sociabilidade que seja fruto de homens livres de um sistema opressor.

4. Considerações finais

O artigo tem um caráter diferenciado, pois analisou a Reforma do Ensino Médio tendo o marxismo como a ciência que irá fundamentar a análise e a discussão. Colocando a teoria da luta de classes como pressuposto básico para se chegar a um debate mais qualificado, visto que numa sociedade capitalista, em crise, toda e qualquer reforma irá beneficiar a classe

dominante. Discutiu a reforma tendo como contexto a crise de superprodução do sistema capitalista, revelando que seu objetivo é aumentar a taxa de exploração da classe trabalhadora.

Outro aspecto importante do artigo é esclarecer a comunidade educacional o caráter burguês da Reforma do Ensino Médio. Relevar a sociedade que diante da crise da educação brasileira não será a atual reforma capaz de solucionar o problema, pelo contrário, será justamente ela que produzirá mais desigualdade social e cultural. Sua implantação nada mais é do que o início da destruição da educação pública, transformando-a em uma mercadoria para onde grandes capitais privados serão deslocados. Portanto, é o início do desmantelamento de um serviço público em detrimento da superação da irreparável crise do capital.

Podemos Perceber que o artigo irá contribuir como fonte de pesquisas para futuros trabalhos que tenham como objeto de estudo a formação da classe trabalhadora e suas transformações ao longo da história e que não se esgota aqui as discussões em tela no referido artigo estando sempre aberto a promover maiores debates na sociedade.

Referências

Brasil. (2017). *Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017*. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 16 de fev. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm >. Acesso em: 20 junho. 2019.

István, Mészáros. (2008). *A Educação para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo.

István, Mészáros. (2011). *A Crise Estrutural do Capital*. São Paulo: Boitempo.

István, Mészáros. (1981). *A teoria da alienação em Marx*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

István, Mészáros. (2003). *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo.

Kuenzer, A. Z. (2017). *Trabalho e Escola: A Flexibilização do Ensino Médio no Contexto do Regime de Acumulação Flexível*. Campinas, 38(139). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000200331&lng=pt&nrm=iso >. Acesso em: 20 junho. 2019.

Marx, Karl; Engels, Friedrich. (1992) *Textos sobre Educação e Ensino*. São Paulo: Editora Moraes.

Marx, Karl. (2010). *Trabalho Assalariado e Capital*. São Paulo: Expressão Popular.

Pereira, A.S. et al. (2018). Metodologia da pesquisa científica. [*e-book*]. Santa Maria/RS, Ed. UAB/NTE/UFSM. Disponível em:

https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1. Acesso em: 05 agosto 2019.

Universidade Federal do Ceará. Biblioteca Universitária. Bibliotecas da UFC. Disponível em: http://www.biblioteca.ufc.br/images/arquivos/documentos_tecnicos/guia_normalizacao_trabalhos_ufc_2013.pdf>. Acesso em 20 de junho 2019.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Antonio Lindomar Rodrigues Andrade – 45%

Aldayr de Oliveira Monteiro – 25%

Sandro César Silveira Jucá – 15%

Solonildo Almeida da Silva – 15%